

MENSAGEM Nº 359

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República Islâmica da Gâmbia.

Os méritos do Senhor **BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO** que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 10 de junho de 2020.

OFÍCIO Nº 350 /2020/SG/PR

Brasília, 25 de Setembro de 2020.

A sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 - 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República Islâmica da Gâmbia.

Atenciosamente,


JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

MENSAGEM Nº 438

Senhores Membros do Senado Federal,

Solicito a retificação da Mensagem nº 359, de 25 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2020, Seção 1, página 2. Onde se lê “Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República Islâmica da Gâmbia”, leia-se: “Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia”.

Brasília, 7 de agosto de 2020.

EM nº 00078/2020 MRE

Brasília, 5 de Junho de 2020

Senhor Presidente da República,

De acordo com os artigos 84, caput, inciso XXV, e 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República de Senegal e, cumulativamente, junto à República da Gâmbia.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 452/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 16 de julho de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Senhor Presidente da República retifica o texto da Mensagem nº 359, de 25 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 26 de junho de 2020, para submeter à consideração dessa Casa o nome do Senhor BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Senegal e, cumulativamente, na República da Gâmbia.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 10/08/2020, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2049576** e o código CRC **2D13EE3C** no site:
https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL *BRUNO LUIZ DOS SANTOS COBUCCIO*

CPF: 723.080.288-15

ID.: 5947558 SSP/SP

1955 Filho de Luigi Cobuccio e Maria de Lourdes dos Santos Cobuccio, nasce em 16 de abril em Santos/SP

Dados Acadêmicos:

1977 Economia pela Universidade de Campinas/SP

1982 CPCD – IRBr

2010 CAE – IRBr: "A irradiação empresarial espanhola na América Latina: um novo fator de prestígio e influência"

Cargos:

1983 Terceiro-secretário

1987 Segundo-secretário

1994 Primeiro-secretário, por merecimento

2005 Conselheiro, do Quadro Especial

2011 Ministro de segunda classe, do Quadro Especial

Funções:

1984 Divisão do Pessoal, assistente

1984-85 Departamento Econômico, assistente

1985-90 Embaixada em Budapeste, terceiro e segundo-secretário

1990-91 Divisão da América Meridional I, assistente

1991-92 Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Departamento de Assuntos Internacionais, chefe de gabinete

1993-97 Embaixada em Madri, segundo e primeiro-secretário

1997-01 Delegação Permanente junto à ALADI, Montevidéu, primeiro-secretário

2001-03 Instituto Rio Branco, assistente do diretor

2003-06 Ministério da Integração Nacional, assessor especial

2006-08 Embaixada em Montevidéu, conselheiro

2008-11 Embaixada em Paris, conselheiro

2012-2016 Embaixada em Libreville, embaixador

2016 Embaixada em Abidjã, embaixador

Cargos docentes e outras atividades acadêmicas:

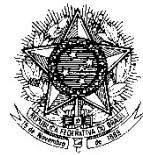
1984 Professor assistente de Economia - IRBr

Publicações

2010 CAE - IRBr: A irradiação empresarial espanhola na América Latina: um novo fator de prestígio e influência

FÁTIMA KEIKO ISHITANI

Diretora do Departamento do Serviço Exterior



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF I)

SENEGAL



Maio de 2020

ÍNDICE

ÍNDICE.....	2
RELACIONES BILATERAIS	4
RELACIONES POLÍTICAS	4
Cooperação Técnica	4
Cooperação em Defesa	6
Cooperação Educacional	7
Promoção Cultural	7
Cooperação Jurídica	7
Acordo de previdência social	7
Cooperação Científica e Tecnológica	8
Comissão Mista e Mecanismo de Consultas Políticas.....	8
Candidaturas	8
RELACIONES ECONÔMICAS	8
Comércio bilateral.....	8
Investimentos brasileiros	9
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)	9
Journée Brésienne de Networking.....	9
Programa Mais Alimentos Internacional.....	9
Comércio de produtos de defesa	9
ASSUNTOS CONSULARES	10
Comunidade brasileira no Senegal.....	10
Diáspora senegalesa.....	10
Atendimento a brasileiros no contexto da emergência da COVID-19	10
POLÍTICA INTERNA	11
Panorama	11
Histórico	11
Indicadores sociais e demográficos.....	12
Divisão administrativa.....	12
Instituições	12
Partidos políticos.....	13
Eleições legislativas e locais	13
Eleições presidenciais de 2019.....	13
Segundo mandato do Presidente Macky Sall.....	14
Segurança	14

Casamansa.....	14
POLÍTICA EXTERNA	15
França	15
Estados Unidos	15
China.....	16
Canadá.....	16
Contexto regional.....	17
Paz e segurança na África.....	17
NEPAD	18
ECONOMIA.....	19
Defesa do perdão da dívida no contexto da emergência da COVID-19.....	19
Plano Senegal Emergente	19
Integração regional	20
Setores da economia.....	20
Energia.....	20
Mineração	21
PERFIS BIOGRÁFICOS	22
MAPA.....	23
DADOS BÁSICOS	24

RELAÇÕES BILATERAIS

RELAÇÕES POLÍTICAS

Aberta em 1961, ano seguinte à independência senegalesa, a Embaixada do Brasil em Dacar é a primeira do país na África subsaariana. Em 1963, o governo do Senegal abriu sua embaixada no Brasil. Após certo distanciamento na década de 1990, as relações bilaterais voltaram a se revigorar na primeira década deste século.

Têm sido frequentes os encontros bilaterais. O atual presidente senegalês, Macky Sall, reuniu-se com a então Presidente da República em junho de 2012, à margem da Rio+20, e em fevereiro de 2013, à margem da Cúpula ASA, realizada em Malabo, Guiné Equatorial. Ademais, enviou carta em novembro de 2016, quando da tragédia envolvendo os atletas do Chapecoense.

Em março de 2018, o Presidente Sall cancelou sua participação no 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília, para acompanhar investigação sobre acidente aéreo militar que mobilizou o Senegal. Contudo, fez-se representar pelo primeiro-ministro Mahammed Dionne, que se reuniu com o então Presidente da República à margem do evento. O próximo Fórum Mundial da Água será realizado no Senegal, em 2021.

Por sua vez, o então Ministro das Relações Exteriores brasileiro visitou Dacar em agosto de 2012 e foi recebido pelo Primeiro-Ministro Abdoul Mbaye e pelo secretário-geral dos Negócios Estrangeiros, Papa Omar Ndiaye. Em março de 2013, realizou-se a VIII Sessão da Comissão Mista Bilateral, em Brasília. A delegação senegalesa foi chefiada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mankeur Ndiaye.

Ndiaye retornaria ao Brasil em janeiro de 2015, para a cerimônia de posse presidencial. Em setembro daquele ano, o então chanceler brasileiro visitou o Senegal e manteve encontros com o Presidente Macky Sall, o Primeiro-Ministro Mahammed Dionne e o Ministro Ndiaye, e presidiu a abertura do I Fórum Empresarial Brasil-Senegal.

O Ministro Ernesto Araújo realizou visita oficial ao Senegal em 9 de dezembro de 2019, quando se reuniu com o Presidente Macky Sall, o Presidente da Assembleia Nacional do Senegal, Moustapha Niasse, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Amadou Ba. Foram tratados assuntos relativos ao comércio bilateral, à facilitação de investimentos e à cooperação em defesa, entre outros.

Cooperação Técnica. O Programa de Cooperação Brasil-Senegal tem como marco jurídico o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Senegal, assinado em 21 de novembro de 1972. Inclui, atualmente, os seguintes projetos:

a) Projeto PAIS-Naatangué (bilateral). A principal iniciativa de cooperação técnica bilateral atualmente em curso é o Projeto de Apoio ao Desenvolvimento da Produção Agroecológica Integrada Sustentável (PAIS), mais conhecido no Senegal como Fazendas Naatangué. Na primeira fase, de 2011 a 2015, foram implementadas 11 unidades agroecológicas. O êxito da iniciativa resultou em grande número de demandas de produtores senegaleses junto à *Agence Nationale d'Insertion et de Développement Agricole* (ANIDA), tornando o projeto uma política do governo senegalês.

Diante do interesse do Senegal em dar seguimento à iniciativa, a Agência Brasileira da Cooperação (ABC) organizou missão de prospecção ao país em agosto de

2017 e, em julho de 2018, assinou-se o Ajuste Complementar para a segunda fase do projeto (Fortalecimento de Práticas Agroecológicas para o Estabelecimento de Sistema Participativo de Certificação no Programa de Fazendas “Naatangué” no Senegal). Entre as metas a serem atingidas na nova etapa estão a instalação de 20 novas unidades agroecológicas e organização de um sistema participativo de garantia. As instituições brasileiras executoras são a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (Abio) e a PAIS Consultoria. Ressalta-se que há compartilhamento de recursos financeiros na iniciativa: a ANIDA é responsável pela instalação da infraestrutura das unidades agroecológicas, ou seja, cerca de um terço do recurso financeiro do projeto, que está em execução.

b) Projeto Cotton Senegal (bilateral). Em fevereiro de 2019, realizou-se missão de prospecção ao Senegal para elaborar proposta de projeto de cooperação para o aumento da produtividade do cultivo de algodão no país. Como resultado, a ABC, a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Associação Mineira dos Produtores de Algodão (AMIPA) consolidaram o projeto Cotton Senegal, assinado em 27/8/2019, em cerimônia à margem do 12º Congresso Brasileiro do Algodão, em Goiânia.

c) Projeto Centros de Referência em Censos com Coleta Eletrônica de Dados (trilateral). No âmbito da cooperação trilateral sul-sul estabelecida entre o Brasil e o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), está em execução, desde 2017, o projeto Centros de Referência em Censos com Coleta Eletrônica de Dados na África, cujo objetivo é transformar os institutos nacionais de estatística do Senegal (*Agence Nationale Statistique et de la Démographie du Sénégal* – ANSD) e de Cabo Verde (Instituto Nacional de Estatística – INECV) em referências regionais no uso de tecnologias de coleta eletrônica de dados a partir da troca de experiências com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao fim do projeto, almeja-se que a ANSD e o INECV estejam preparados para compartilhar conhecimento com outros institutos de estatísticas da região. Assim, a iniciativa poderá contribuir para o desenvolvimento dos próximos censos demográficos no continente africano e para a construção de uma base de informações estatísticas de maior qualidade que fundamentem a elaboração de políticas públicas e complementem o monitoramento dos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e das metas previstas na Agenda 2063 da União Africana, “A África que Queremos”.

d) Programa de Alimentação Escolar (trilateral). O “Programa de Execução PMA/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar”, iniciado em outubro de 2010, visa a reforçar a capacidade e os conhecimentos em matéria de modelos sustentáveis de alimentação escolar, bem como apoiar os governos nacionais no domínio da concepção, gestão e expansão de programas de alimentação escolar sustentáveis, nutritivos e baseados em víveres de produção nacional. A iniciativa conta com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) como instituição brasileira cooperante e envolve 23 países, dentre os quais o Senegal. No âmbito do programa, realizaram-se missões de autoridades senegalesas ao Brasil para conhecer práticas relativas à alimentação escolar, além de missão de professoras e merendeiras da Rede Municipal de Ensino de São Paulo a Dacar. Recorde-se que, no nível continental, o programa levou à resolução da União Africana, na 26ª Cúpula dos Chefes de Estado, em 2016, sobre a promoção da alimentação escolar por meio da compra de alimentos produzidos localmente pelos agricultores familiares. Essa resolução está contemplada na Estratégia

Continental de Educação para a África 2016-2025.

Entre as iniciativas de cooperação já executadas, cabe registrar, ainda, os projetos “Apoio ao Combate ao Gafanhoto no Senegal”, “Apoio ao Programa de luta contra a Anemia Falciforme no Senegal” (que deu apoio à implementação de sistema de triagem neonatal para anemia falciforme no país) e “Apoio ao Desenvolvimento da Rizicultura no Senegal” (que envolveu a cessão de variedades de arroz desenvolvidas pela Embrapa). O Brasil também emprestou mais de 20 mil PDAs (computadores de mão) ao governo do Senegal em apoio ao censo nacional de 2013 e, entre 2011 e 2015, contribuiu com USD 1,5 milhão para a execução do programa PAA África (*Purchase from Africans for Africa*) no Senegal, com o apoio do PMA e da FAO (o objetivo básico era auxiliar agricultores na produção e comercialização de alimentos para complementar e diversificar a dieta em programas de alimentação escolar). O grande êxito do Programa na cidade de Kedougou, onde hoje são atendidas 24 mil crianças em 180 escolas, persuadiu o governo senegalês a consolidar o projeto, estendendo-o a outras cinco regiões do país (Saint Louis, Matam, Kolda, Sédiou e Ziguinchor).

Cooperação em Defesa. A cooperação em defesa entre Brasil e Senegal tem grande potencial de crescimento. O estreitamento dos laços nessa área resultou na negociação de um **Acordo de Cooperação em Defesa**, assinado em agosto de 2010 mas não ratificado, porque o texto, anterior à Lei de Acesso à Informação do Brasil, precisaria ser adequado ao novo marco legal brasileiro. As negociações de emenda nesse sentido foram iniciadas a partir de proposta brasileira de modificação em artigo específico.

A colaboração entre os dois países levou também à criação da Adidância de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica brasileira no Senegal (cumulativa com Benim e Togo), em outubro de 2013. Há potencial, ainda, para novas vertentes de entendimento, principalmente em treinamento militar e cooperação entre as marinhas.

Há interesse senegalês em **cursos de formação e aperfeiçoamento**, e o Brasil tem oferecido vagas em suas academias militares, bem como em cursos de curta duração. Segundo o Ministério da Defesa, sete militares senegaleses participaram, em 2019, de cursos de formação no Brasil. O MD também envia um oficial e um sargento para ministrarem aulas nas escolas militares senegalesas (o Brasil é o único país, além da França, que mantém instrutores nessas escolas). Ademais, dois oficiais militares brasileiros trabalham no Estado-Maior Conjunto senegalês para prestar apoio técnico à reforma do setor de engenharia militar das Forças Armadas senegalesas.

No âmbito da **cooperação naval**, o navio-patrulha oceânico Araguari visitou o porto de Dacar, em janeiro de 2017, para efetuar exercícios com a Marinha Nacional do Senegal; e o navio-patrulha oceânico APA (P121) realizou, em abril do mesmo ano, visita operativa a Dacar, onde ficou atracado na base naval da Marinha senegalesa.

Há espaço também para fortalecer a **cooperação em treinamento para operações de manutenção da paz**. O Senegal ocupa o 12º lugar entre os países contribuintes de tropas para missões da ONU, com mais de 2.000 capacetes azuis distribuídos em missões em Mali (MINUSMA), República Centro-Africana (MINUSCA), República Democrática do Congo (MONUSCO), Sudão (UNAMID) e Sudão do Sul (UNMISS). O país também contribui com tropas para operações da União Africana e da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Por sua vez, o Brasil tem buscado incrementar sua contribuição às operações de manutenção da paz, com envio de missões de treinamento e recepção de militares estrangeiros, incluindo africanos, no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB).

(Mais informação sobre o relacionamento bilateral na área de produtos de defesa encontra-se na seção “Relações Econômicas”).

Cooperação Educacional. A cooperação educacional com o Senegal está amparada pelo Acordo Cultural firmado entre os dois países em 1964 e em vigor desde 1967.

De 2000 a 2019, foram selecionados 64 estudantes senegaleses para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e 10 para o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG). As áreas apontadas pelo governo senegalês como prioritárias para a concessão de vagas foram Medicina e Ciências da Saúde; Engenharia; Arquitetura e Urbanismo; Ciências Agrárias e Ciências do Meio-Ambiente. Os PECs oferecem a estudantes de países em desenvolvimento a oportunidade de realizar seus estudos de graduação ou pós-graduação em instituições de ensino superior brasileiras, não havendo cotas de vagas por país. Os candidatos à graduação devem custear suas despesas no Brasil (somente pequeno número de participantes é contemplado com bolsas). Os de pós-graduação recebem bolsa mensal CAPES ou CNPq no mesmo valor que a oferecida aos estudantes brasileiros. Para candidatos de países onde não há aplicação do exame CELPE-BRAS, de proficiência em português, como é o caso do Senegal, é permitida a realização do teste no Brasil, ao fim da conclusão do curso de Português para Estrangeiros (cerca de sete meses de duração).

O Instituto Rio Branco, por sua vez, recebeu, no âmbito de seu programa de bolsistas estrangeiros, existente desde 1976, um aluno do Senegal, em 1995.

Promoção Cultural. Desde a assinatura do Acordo-Quadro Cultural entre Brasil e Senegal (1964), as relações culturais entre os países vêm-se adensando. Em 1972, foi firmado o Protocolo de Aplicação do Acordo Cultural. Em 1973, 1984 e 2005, foram celebrados Programas Executivos Culturais (PECs). O de 2005 balizou as ações das partes em busca da ampliação do conhecimento mútuo e do incremento dos laços culturais até 2008.

O Senegal apresenta rico panorama cultural. Um dos destaques em seu calendário de atividades é a Bienal de Arte Africana Contemporânea de Dacar (*Dak'Art*), tradicional exposição no país, que costuma contar com participação de artistas brasileiros. Em 2016, com o apoio do Departamento Cultural/MRE, cinco artistas brasileiros apresentaram suas obras na exposição. Em maio de 2018, também com apoio do Departamento Cultural/MRE e da Embaixada em Dacar, a artista brasileira Rose Mara da Silva participou da 13ª edição do evento, com o vídeo “*Une nouvelle humanité*”, sobre a dança contemporânea afro-brasileira.

Cooperação Jurídica. O governo senegalês apresentou modelo de convenção relativo à **transferência de pessoas condenadas**, que foi encaminhado pela DCJI/MRE ao Ministério da Justiça e Segurança Pública em outubro de 2019.

Atualmente, não há acordos bilaterais de cooperação jurídica em vigor entre Brasil e Senegal, o que não impede a formulação de pedidos de cooperação jurídica e o envio de cartas rogatórias, com base em compromisso de reciprocidade ou com fundamento em convenções multilaterais de que os países sejam partes.

Acordo de Previdência Social. Em fins de 2017, a Embaixadora do Senegal em Brasília expressou o interesse de seu governo em celebrar acordo bilateral de segurança social. Em 2018, a Coordenadoria-Geral de Cooperação e Acordos Internacionais da Secretaria de Previdência do antigo Ministério da Fazenda demonstrou disposição para

iniciar negociação de Acordo de Previdência Social entre o Brasil e o Senegal. Propôs, ademais, versão zero do texto. No mesmo ano, a parte senegalesa apresentou contraproposta e, em fins de 2019, houve reunião de negociação presencial em Brasília.

Cooperação Científica e Tecnológica. Em junho de 2017, o Senado Federal aprovou o texto do Acordo entre Brasil e Senegal para Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Brasília, em 21 de maio de 2010. O documento, no entanto, ainda não foi ratificado pela parte senegalesa.

Comissão Mista e Mecanismo de Consultas Políticas. A Comissão Mista bilateral foi criada em 1964 no âmbito do Acordo Cultural entre Brasil e Senegal, e convocada pela primeira vez em 1972. Desde então, reuniu-se oito vezes. Em 2002, foi estabelecido Mecanismo de Consultas Políticas, em nível a definir em comum acordo entre as partes.

Candidaturas. O Senegal tem apoiado com regularidade as candidaturas brasileiras em organismos multilaterais. Recentemente, o país votou a favor da reeleição do Brasil no **Conselho de Direitos Humanos** (CDH) da ONU (mandato 2020-2022), nas eleições de outubro de 2019. Houve apoio brasileiro à exitosa candidatura de Hameth Saloum Dikhate ao **Subcomitê de Prevenção à Tortura** (mandato 2019-2022). O Brasil também votou favoravelmente à candidatura do senegalês Cheikh Ahmed Tidiane Coulibaly ao **Comitê contra Desaparecimentos Forçados** (CED), mandato 2019-2023, nas eleições de junho de 2019 (pleito não competitivo; não houve apoios recíprocos). Brasil e Senegal também se apoiaram mutuamente no **Conselho Executivo da UNESCO** (ambas candidaturas para mandato no período 2019-2023) em eleição realizada em novembro de 2019.

Em 2018, o Senegal também apoiou a candidatura do senhor Renato Zerbini Ribeiro Leão ao **Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais** (CDESC) da ONU. Em 2017, votou a favor da reeleição do conselheiro Fernando de Oliveira Sena como membro do **Comitê Consultivo para Questões Administrativas e Orçamentárias** (ACABQ), da reeleição do professor Antônio Augusto Cançado Trindade como juiz da **Corte Internacional de Justiça** (CIJ) e da candidatura do embaixador Silvio José Albuquerque e Silva ao **Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial** (CERD). O Brasil apoiou a candidatura do Senegal ao **Conselho de Direitos Humanos** no período 2018-2020.

RELAÇÕES ECONÔMICAS

Comércio bilateral. O Brasil é o principal parceiro comercial do Senegal na América do Sul. Em 2018, ocupou a 15^a posição entre os principais países de origem das importações senegalesas e foi o 46^º destino das exportações do país africano. No contexto africano, o Senegal é o 14º maior parceiro comercial do Brasil.

Historicamente, verifica-se superávit brasileiro nas relações comerciais, cujo fluxo tem sido majoritariamente composto por exportações brasileiras. Em 2019, o Brasil exportou o equivalente a USD 135 milhões para o Senegal e importou USD 4,7 milhões em produtos daquele país.

Os principais itens da pauta de exportação brasileira foram arroz (35%), ovos de aves, com casca, frescos, conservados ou cozidos (9,5%) e açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido (8,8%). Vale destacar que o

Senegal é o terceiro maior comprador do arroz brasileiro no mundo e a principal porta de entrada do produto no continente africano.

As importações de produtos senegaleses pelo Brasil em 2019 concentraram-se em insumos industriais: ácido fosfórico e ácidos polifosfóricos (73,2%) e minérios de zircônio e seus concentrados (22,3%).

Investimentos brasileiros. De acordo com o Banco Central, não há registro de fluxo ou de estoque de investimentos brasileiros no Senegal, tampouco de investimentos senegaleses no Brasil. De todo modo, representantes do governo senegalês vêm manifestando interesse na atração de investimentos brasileiros, sobretudo no âmbito do “Plano Senegal Emergente”, estratégia de desenvolvimento adotada em 2012 e que, a princípio, visa a conferir ao Senegal a condição de “país emergente” até 2035. Autoridades senegalesas destacam oportunidades em infraestrutura, moradias populares, energia e eletrificação rural, agroindústria, exploração mineral e turismo.

Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). Em visita a Dacar, em setembro de 2015, o então chanceler brasileiro sugeriu à contraparte senegalesa que fosse iniciada negociação de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI). O Brasil apresentou proposta de texto em dezembro de daquele ano.

Em maio de 2016, o lado senegalês designou ponto focal do Ministério da Promoção de Investimentos, das Parcerias e dos Tele-Serviços para a negociação do acordo. Em seguida, o governo senegalês iniciou processo de análise de seu próprio marco regulatório para investimentos, especialmente em razão das perspectivas de investimentos estrangeiros no setor de petróleo e gás.

Journée Brésilienne de Networking. Em 6 de novembro de 2019, realizou-se a 2^a edição da *Journée Brésilienne de Networking*, iniciativa do Setor Comercial da Embaixada do Brasil em Dacar que visa a estabelecer plataforma regular de contatos entre empresas brasileiras, senegalesas e de outros países da região. Nesta edição, estiveram presentes 250 participantes, entre os quais empresários de Cabo Verde, Mauritânia, Gâmbia, Guiné Conacri e Marrocos, além dos senegaleses. O Brasil esteve representado por empresas dos setores de energia, aeronáutica (Embraer), caminhões e equipamentos agrícolas, finanças, agropecuária, engenharia, avicultura, equipamentos médico-hospitalares e gêneros alimentícios em geral. A Embaixada contou com o apoio da “Afrochamber” e da EMBRATUR.

Programa Mais Alimentos Internacional. O Senegal beneficiou-se do Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI), de desenvolvimento da segurança alimentar dos países beneficiados por meio de exportações de máquinas e equipamentos agrícolas brasileiros e projetos de cooperação técnica.

O primeiro Memorando de Entendimento com Senegal sobre o tema foi assinado em 29/08/2013. No âmbito do PMAI, o Senegal obteve financiamento cuja primeira tranche, no valor de USD 28,333, teve seu desembolso aprovado em 2014. Em 2018, foi aprovada a segunda tranche do PMAI para o Senegal, no mesmo valor, com execução durante o ano de 2019.

Comércio de produtos de defesa. Na área de produtos de defesa, o comércio entre Brasil e Senegal ainda é incipiente, mas tem grande potencial e já apresenta alguns resultados concretos nas áreas de armas leves e não-leais.

ASSUNTOS CONSULARES

Comunidade brasileira no Senegal. A comunidade brasileira, atualmente estimada em cerca de 200 pessoas, é atendida pela Embaixada em Dacar. A maior parte dos nacionais que vivem no Senegal são missionários cristãos. Há também nacionais brasileiros, muitas vezes com dupla ou tripla nacionalidade, entre os integrantes da comunidade libanesa no Senegal. Não há registro de brasileiros presos no país. Existe acordo sobre isenção de vistos para passaporte diplomático e passaporte oficial, em vigor desde 2005. Passaportes comuns estão isentos de visto para permanência de até 30 dias.

Diáspora senegalesa. Ao decretar seis novas jurisdições eleitorais no exterior, em 2018, o governo senegalês indicou o Brasil como uma delas, juntamente com Argentina, Emirados Árabes Unidos, Turquia, Japão e China. A diáspora senegalesa no Brasil é significativa. Dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) da Polícia Federal indicam que, em 2018, 1794 senegaleses entraram com pedido de cadastro para a emissão de Registro de Nacional Migratório (RNM) como residentes. A maioria desses imigrantes são homens (97,5%) com residência nos estados do Rio Grande do Sul (55,9%), São Paulo (19,6%) e Paraná (8,3%). Desde 2017, senegaleses são os que mais receberam autorizações de residência pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg).

Atendimento a brasileiros no contexto da emergência da COVID-19. Em 3 de abril de 2020, embarcaram em aeronave procedente de Frankfurt, com destino a Guarulhos, 23 missionários brasileiros que se encontravam retidos em Dacar devido ao cancelamento de voos e ao fechamento das fronteiras do Senegal, resultantes da emergência sanitária internacional da COVID-19. Por gestões do Itamaraty e da ANAC, o voo foi desviado especialmente para recolhê-los na capital senegalesa e, em Dacar, permitiu somente o embarque de 23 passageiros, cujos assentos foram bloqueados na partida de Frankfurt. Antes, em 25 de março, outros 15 missionários conseguiram embarcar, com apoio da Embaixada em Dacar, em voo especial de repatriação de nacionais espanhóis, com destino a Madri, de onde seguiram viagem para o Brasil.

POLÍTICA INTERNA

Desde a independência, em 1960, o Senegal tem sido caso exemplar de democracia representativa na África, com eleições regulares, alternância política e inexistência de golpes de Estado. O país é conhecido por sua cultura de tolerância e, ao contrário do que ocorre com alguns outros Estados da região, não há registro de movimentos religiosos radicais atuando em seu território. A maioria muçulmana sunita (94% da população) convive pacificamente com as minorias xiita, cristã e animista, assim como os cinco principais grupos étnicos (uólofe, fula, serer, mandinga e diola) coexistem lado a lado, sendo comuns os casamentos inter-religiosos e interétnicos.

Eleito em 2012, o Presidente Macky Sall reelegeu-se em 2019, já no primeiro turno, para um mandato de cinco anos, em pleito considerado justo e transparente por observadores internacionais.

Histórico. O território que hoje corresponde ao Senegal abrigou diferentes reinos – como o uólofe e reinos mandingas – e foi parte de grandes impérios africanos, incluindo os de Gana, do Mali e Songai. Comerciantes árabes introduziram o Islamismo na região no século XI. Os franceses chegariam àquela área no século XVII, e a transformariam em colônia em 1854.

Em setembro de 1958, o Senegal tornou-se uma República Autônoma no âmbito da Comunidade Francesa (proposta pelo General De Gaulle no marco da V República). Em 4 de abril do ano seguinte, sob o patrocínio da França, o país uniu-se ao Sudão Francês (atual Mali) para formar a Federação do Mali, que se tornaria independente em junho de 1960. Em agosto do mesmo ano, o Senegal romperia o vínculo com a Federação, declarando-se independente e elegendo como presidente o escritor e poeta Léopold Sédar Senghor.

Nos 20 anos do governo de Senghor, que se reelegeu diversas vezes com o Partido Socialista Senegalês (PS, única agremiação política legal no país até 1974), o Senegal adotou política econômica de orientação socialista moderada. Em dezembro de 1980, Senghor anunciaría sua aposentadoria e, em conformidade com a Constituição, indicou como sucessor o então primeiro-ministro Abdou Diouf (no cargo desde 1970).

Diouf deu seguimento ao processo de consolidação do pluralismo político e da abertura democrática, além de reduzir a intervenção estatal na economia. Vitorioso nas eleições de 1983, aumentaria seus poderes ao abolir o cargo de primeiro-ministro. Foi reeleito em 1988 e 1993.

Nas eleições presidenciais de 2000, Abdoulaye Wade, do Partido Democrático Senegalês (PDS) derrotou Diouf e deu início a reformas econômicas de cunho liberal, bem como maior aproximação com a China e os países árabes, a fim de contrabalançar as estreitas relações econômico-financeiras com a França. Nova Constituição foi aprovada em 2001. Nas eleições presidenciais de 2007, Wade foi reeleito com 55,9% dos votos.

Nas eleições presidenciais de 2012, Wade foi derrotado por **Macky Sall**, da Aliança pela República (APR), que obteve 67% dos votos válidos no segundo turno e foi eleito para mandato de sete anos. Em julho do mesmo ano, no pleito parlamentar, a coalizão de Macky Sall assegurou ampla maioria na Assembleia Nacional.

Em 2014, após o resultado negativo da coalizão governista nas eleições locais realizadas em junho, Sall realizou ampla reforma ministerial. A primeira-ministra Aminata (“Mimi”) Touré, cuja administração se caracterizara pela ênfase nas políticas

sociais, foi substituída por **Mahammed Dionne**, que se concentrou na execução do Plano Senegal Emergente, estratégia de desenvolvimento, adotada em 2012, que visa a conferir ao Senegal a condição de “país emergente” até 2035.

Em fevereiro de 2019, foram realizadas novas eleições presidenciais, nas quais Macky Sall reelegeu-se já no primeiro turno, com 58% dos votos, em pleito considerado justo e transparente por observadores internacionais. O segundo mandato terá duração de cinco anos em vez de sete, em razão da reforma constitucional referendada em 2016.

Indicadores sociais e demográficos. Apesar do histórico de estabilidade política e adoção de políticas públicas voltadas ao combate à fome e à miséria, o Senegal ainda conta com altos índices de pobreza. Em 2017, 63,2% dos senegaleses viviam com menos de USD 3,10 por dia, e 38% viviam em extrema pobreza (menos de USD 1,90 por dia). Em 2019, a ONU (PNUD) classificou o país na 166^a posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O índice de analfabetismo é elevado: 48,1% dos senegaleses com mais de 15 anos não sabem ler (entre as mulheres, o percentual é de 60,2%). A expectativa de vida é de 67,5 anos. Mais da metade da população (54%) de 15,9 milhões de habitantes tem entre 15 e 64 anos, e a maioria (53,3%) ainda vive no campo. Em 2018, apenas 25,7% da população tinham acesso à internet.

Do ponto de vista étnico, os principais grupos são os uólofes (41,6% da população), os fulas ou fulanis (28,1%), os sererês (15,3%), os mandingas (5,4%) e os diola (3,4%). Do ponto de vista religioso, a maioria da população senegalesa é muçulmana sunita (94%), havendo minorias xiita, cristã e animista. Além do francês, língua oficial, são falados no país pelo menos outros seis idiomas: uólofe, fulani, sereré, diola, malinqué e soninqué.

Divisão administrativa. O Senegal é um Estado unitário, composto por 14 regiões administrativas: Dakar (menor região administrativa e a mais populosa, abriga a capital), Diourbel, Fatick, Kaffrine, Kaolack, Kédougou, Kolda, Louga, Matam, Saint-Louis, Sédiou, Thiès, Tambacounda e Ziguinchor. Essas regiões subdividem-se em 45 departamentos, que compreendem 133 *arrondissements*.



Instituições. Reforma constitucional eliminou o cargo de Primeiro-Ministro em maio de 2019. Atualmente, o Gabinete de Ministros compreende 32 pastas. O Presidente da República é eleito por sufrágio universal direto, por maioria absoluta dos votos, em dois turnos se necessário, e pode reeleger-se uma única vez. A redução do mandato presidencial, de sete para cinco anos, resultou de proposta de reforma de iniciativa do próprio Presidente. Em caso de demissão, impedimento ou morte, o substituto é o Presidente da Assembleia Nacional.

O legislativo (*Assemblée Nationale*) é unicameral, com 165 deputados, eleitos por voto universal para mandatos de cinco anos. Desses, 105 são eleitos em sistema de maioria simples (inclusive 15 representantes da diáspora senegalesa), e os 60 restantes são eleitos a partir de uma lista nacional, em sistema de voto proporcional.

O Judiciário é independente. As mais altas instâncias são a Corte Suprema (organizada em câmaras criminal, administrativa, social, comercial e civil) e o Conselho Constitucional (que conta com sete membros, sendo cinco indicados pelo presidente e dois pela Assembleia Nacional). O Judiciário compreende, ainda, a Alta Corte de Justiça (para crimes de alta traição), Tribunais de Apelação, Tribunal de Contas, Tribunais de Segunda Instância, tribunais regionais e distritais e Tribunal do Trabalho.

Em abril de 2018, o governo Macky Sall conseguiu aprovar projeto de reforma da legislação eleitoral (válida para o pleito presidencial ocorrido em 2019) que determinava a *parrainage* (“patrocínio” ou “apadrinhamento”) para a homologação de candidaturas. Assim, para serem consideradas válidas, candidaturas presidenciais precisam ser endossadas por no mínimo 0,8% do eleitorado (cerca de 52 mil eleitores), de pelo menos sete das 14 regiões do país (para postulantes parlamentares, exige-se endosso de 0,5% do registro, correspondente a 32,5 mil votantes). O governo afirmou que seu objetivo era pôr fim à discriminação praticada contra candidaturas independentes (únicas para as quais esses requisitos se aplicavam) e evitar multiplicidade de candidaturas irrelevantes.

Partidos políticos. A coalizão governista *Benno Bokk Yakaar* (BBY) reúne em suas fileiras três dos maiores e mais representativos partidos políticos do país, com presença nacional: a *Alliance pour la République* (APR), agremiação de centro criada pelo presidente Macky Sall em 2008, após sua saída do *Parti Démocratique Sénégalaïs* (PDS), vinculado ao ex-presidente Wade e que atualmente é o principal partido de oposição; a *Alliance des Forces de Progrès* (AFP), agremiação de centro-esquerda do veterano Moustapha Niasse, atual presidente da Assembleia Nacional; e o *Parti Socialiste* (PS), que governou o país de 1960 até a derrota nas eleições presidenciais em 2000 (e que se vincula à figura de Léopold Senghor).

Eleições legislativas e locais. Nas últimas eleições legislativas, realizadas em julho de 2017, a coligação governista (BBY) conquistou 125 dos 165 assentos da Assembleia Nacional (veja-se o gráfico). O presidente da Assembleia, segundo na hierarquia de poder senegalesa, é Moustapha Niasse. As próximas eleições legislativas estão previstas para 2022.

As eleições locais, nas quais são escolhidos os conselheiros departamentais e municipais eleitos, realizaram-se pela última vez em 2014. Novas eleições estavam previstas para junho de 2019, mas foram postergadas duas vezes desde então.



Eleições presidenciais de 2019. As últimas eleições presidenciais foram realizadas em fevereiro de 2019. As próximas estão previstas para fevereiro de 2024. No pleito de 2019, em que concorreram cinco candidatos, o Presidente Macky Sall reelegeu-se no primeiro turno, com 58% dos votos (taxa de comparecimento de 66,23%). As eleições realizaram-se de forma pacífica. Houve missões de observação da UE e da CEDEAO, esta última chefiada pelo ex-presidente Boni Yayi, do Benim.

O primeiro discurso do presidente reeleito teve tom conciliador. Macky Sall convidou para participar do “diálogo republicano” todas as “forças vivas” da nação, inclusive seus predecessores.

Segundo mandato do Presidente Macky Sall. Após tomar posse, em abril de 2019, o Presidente reconduziu Mahammed Dionne ao cargo de Primeiro-Ministro. Este indicou a nova equipe de ministros, cuja composição buscou promover renovação do quadro (cerca de 50%), aumento da presença feminina (25% do gabinete, contra 20% no anterior) e maior representatividade regional (todas as 14 regiões do país foram agraciadas). O jovem economista Amadou Ba, anteriormente Ministro das Finanças, assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros, pasta até então ocupada por Sidiki Kaba, remanejado para as Forças Armadas. Houve redução de 39 para 32 ministérios.

Dionne também foi incumbido de articular reforma constitucional visando a abolir o cargo de Primeiro-Ministro. A mudança foi aprovada pela Assembleia Nacional em maio de 2019. Mahammed Dionne manteve o cargo de Secretário-Geral da Presidência, que acumulava desde o início do novo mandato de Macky Sall.

Segurança. Desde a independência, o Senegal tem-se mantido ao largo dos maiores problemas políticos internos que ocorrem em países vizinhos. Não há na história do país registro de revoltas armadas ou levantes militares. A criminalidade é baixa.

Não há registro de atentado terrorista no Senegal. Com o apoio dos parceiros europeus e norte-americanos, o Senegal investiu pesadamente no equipamento e treinamento de suas forças de segurança.

Casamansa. O principal desafio de ordem interna é o movimento separatista da região de Casamansa, área situada ao sul da Gâmbia e ao norte da Guiné-Bissau e que possui grande potencial turístico, agrícola e mineral (zircônio). Fundado em 1982, o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC) é o principal grupo que atua pela independência da área, dispondo de uma ala armada.

Em 2004, o presidente Wade assinou acordo com os rebeldes. Setores do MFDC, entretanto, não reconheceram as negociações e continuaram a realizar atos de violência. A partir da posse de Macky Sall, em 2012, teve início novo processo de negociação, com apoio da Comunidade de Sant’Egídio, ligada ao Vaticano, com vistas a uma paz definitiva. O presidente senegalês lançou, em 2014, o projeto “Polo de Desenvolvimento da Casamansa”, que prevê investimentos em transportes, agricultura e saúde, entre outros, invertendo o discurso (prevalecente até então) de que seria preciso primeiro pacificar aquela área para depois desenvolvê-la.

Mais recentemente, com a construção da ponte sobre o Rio Gâmbia, que facilita o contato entre Dacar e a região sul do Senegal, o separatismo arrefeceu.

POLÍTICA EXTERNA

O Senegal goza de boa reputação internacional e mantém 48 representações diplomáticas no exterior. A embaixada em Brasília é a única do país na América Latina. O país tem participação ativa em fóruns regionais, como a União Africana (UA) e a Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e internacionais, como a ONU. Dacar é sede do Escritório das Nações Unidas para a África Ocidental e o Sahel e de diversos escritórios regionais e sub-regionais de organizações internacionais e ONGs. As medidas que o presidente Macky Sall tem tomado em prol da boa governança (auditorias internas, combate à corrupção) são bem vistas pela comunidade internacional e facilitam o diálogo com países doadores e organizações internacionais.

Sem descuidar de seus aliados tradicionais, como França e Estados Unidos, o Senegal tem buscado diversificar suas parcerias, ampliando os laços de cooperação com países como China, Brasil, Índia, Turquia, Marrocos, Israel, Arábia Saudita e Canadá.

França. Desde a independência, a política externa senegalesa tem conferido peso especial à ex-metrópole. A França é importante parceiro comercial e detém o maior estoque de investimento estrangeiro no Senegal, sendo responsável pela geração de 15 mil empregos diretos no país. Logo após chegar ao poder, em 2012, o presidente Macky Sall realizou visita a Paris, onde obteve empréstimo de 130 milhões de euros e assinou acordo de defesa. Em junho de 2017, o ministro da Europa e dos Negócios Estrangeiros da França, Jean-Yves Le Drian, visitou Dacar, onde se reuniu com o então chanceler senegalês Mankeur Ndiaye. Em fevereiro de 2018, Emmanuel Macron visitou o país para promover dois dos eixos prioritários de seu governo para o continente africano: educação e mitigação das mudanças climáticas. Macron assinou com Macky Sall acordos de venda de dois Airbus A330neo à Air Senegal e de criação de campus universitário franco-senegalês. Os dois mandatários abriram e presidiram o segmento de alto nível da 3ª Conferência da Parceria Mundial para a Educação (PME), com a presença de sete outros chefes de estado africanos (Chade, Níger, República Centro-Africana, Gana, Burkina Faso, Togo e Mali). O Presidente francês anunciou que a França aumentaria para USD 250 milhões (contra USD 21 milhões no período 2014-2017) sua contribuição ao PME, tornando-se o quarto maior doador europeu do programa.

Estados Unidos. Outro importante parceiro tradicional do Senegal são os Estados Unidos. Os dois países assinaram, em maio de 2016, acordo de defesa que abre a possibilidade do estabelecimento de “presença permanente” de militares norte-americanos em áreas do território senegalês. Em coletiva à imprensa após a assinatura do documento, o então chanceler Mankeur Ndiaye e o embaixador norte-americano no país ressaltaram “os interesses de segurança compartilhados pelos dois países, atendidos por uma cooperação estreita, na forma de exercícios militares conjuntos e da formação regular de indivíduos”. O novo acordo aumentaria o escopo dessa colaboração, com dispositivos para facilitar repostas imediatas a situações de crise, como a eclosão de surtos de doenças, catástrofes naturais ou ainda a contenção de atentados terroristas.

Em 16 de fevereiro de 2020, o Secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, visitou Dacar, cumprindo agenda que incluiu audiência com o Presidente Macky Sall, encontro de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Amadou Ba e participação em encontro de negócios. Durante os encontros, houve ênfase nos aspectos

econômico-comerciais do relacionamento bilateral e de segurança. Foram firmados cinco memorandos de entendimento para financiamento e desenvolvimento de projetos nas áreas de saúde, energia e infraestrutura, entre agências do governo senegalês e os grupos Bechtel Corporation (construção de autoestrada de 170km entre Dacar e Saint-Louis), ABD Group (infraestrutura social), Weldy Lamont (eletrificação rural) e General Electric (construção de central elétrica de 300MW e fornecimento de equipamentos de diagnóstico médico).

China. A presença chinesa no Senegal intensificou-se desde o restabelecimento dos laços diplomáticos, em 2005 (o rompimento ocorreu em 1996, quando o Presidente Abdou Diouf reconheceu Taipé; seu sucessor, Abdoulaye Wade, reverteu o processo). Segundo dados do governo senegalês, o volume de investimentos chineses desde 2005 atingiria USD 2,15 bilhões, dos quais USD 1,7 bilhão aplicado durante a gestão de Macky Sall. Assim, a China é atualmente o país que mais investe no Senegal. É também seu segundo maior parceiro comercial, atrás apenas da França. Em 2018, por exemplo, o Senegal importou da China USD 896 milhões e exportou para aquele país USD 135 milhões. Entre as grandes obras realizadas pelos chineses, destacam-se o Grande Teatro Nacional, o Museu das Civilizações Negras e a Arena Nacional de Lutas, bem como a renovação de 11 estádios de futebol. A China é também responsável pela maior obra de infraestrutura atualmente em desenvolvimento, a autoestrada ligando Dacar à cidade religiosa de Touba, orçada em USD 818 milhões.

No âmbito da educação, a Universidade de Dacar (UCAD), a principal do país, mantém convênios com quatro homólogas chinesas, que oferecem 50 bolsas de estudo por ano. O Instituto Confúcio, na UCAD, oferece aulas de mandarim, somando, desde 2013, 100 mil estudantes senegaleses. A cooperação é também tradicional na área médica, com médicos chineses realizando estágios no hospital de Pikine (departamento de Dacar) desde 2007. Destaca-se também a doação de um hospital pediátrico em Diamniadio, inaugurado em 2014. No plano cultural, firmou-se, em 2018, convênio para exibição pela rede pública RTS de filmes e seriados chineses dublados em francês.

Após sua reeleição à Presidência da China, em março de 2018, Xi Jinping incluiu Dacar como destino em sua primeira viagem oficial. A visita, em julho de 2018, foi também sua primeira como Presidente a um país da África Ocidental. Na ocasião, Xi Jinping participou da cerimônia de inauguração da Arena Nacional de Lutas, no distrito de Pikine, quando fez entrega simbólica das chaves do estádio ao Presidente Macky Sall. O estádio para 25 mil pessoas foi financiado pela China e construído em 28 meses, ao custo de 48,7 milhões de euros. Foram firmados acordos de cooperação nas áreas de justiça, aviação civil, infraestrutura e desenvolvimento de recursos humanos, todos no âmbito da iniciativa chinesa *“Belt and Road”*.

Canadá. O Primeiro-Ministro canadense Justin Trudeau realizou visita oficial ao Senegal em 12 e 13 de fevereiro de 2020. Em entrevista à imprensa após se reunirem, o Presidente Macky Sall e o Primeiro-Ministro Trudeau expressaram o desejo comum de intensificar o intercâmbio comercial bilateral. Nesse contexto, Macky Sall disse que o “ano do Canadá no Senegal” colocará em evidência novas oportunidades de negócios e investimentos entre os dois países, ampliadas à luz do advento da Zona de Livre Comércio Continental na África (ZLCCA). Acrescentou que a cooperação entre os dois países experimenta “fase ascendente”, com novas frentes a serem exploradas nos setores de agricultura, economia verde, petróleo e gás, além da mineração, já tradicional. O Canadá ofereceu-se para capacitar quadros senegaleses na área de petróleo e gás.

Canadá e Senegal mantêm, desde 1962, estreitas relações alicerçadas na francofonia e no respeito às liberdades e ao estado de direito, e laços econômicos com perspectivas de crescimento nas áreas de mineração, agricultura, petróleo e gás, energia limpa e economia digital. Cerca de 60 empresas canadenses estão instaladas no Senegal, em setores estratégicos como o da extração aurífera. De acordo com estatísticas senegalesas, as trocas comerciais atingiram em 2018 USD 46 milhões, e os investimentos canadenses ultrapassariam em 2020 USD 757 milhões, conforme estimativas anteriores à emergência sanitária internacional da COVID-19.

A ajuda ao desenvolvimento recebida do Canadá pelo Senegal desde 1962 é estimada em USD 984 milhões, tendo alcançado, em 2017 e 2018, USD 66,5 milhões. Conforme esses números, o Canadá é o terceiro maior parceiro bilateral em ajuda ao desenvolvimento do Senegal, atrás de França e EUA, e o Senegal, por sua vez, é o maior beneficiário da ajuda canadense na África Ocidental.

Os dois países desenvolvem cooperação nas áreas militar, cultural e educacional, com pouco mais de 1,4 mil estudantes senegaleses em universidades canadenses. Canadá e Senegal firmaram em 2013 Acordo-Quadro de Responsabilidades Mútuas em Matéria de Cooperação para o Desenvolvimento, definindo bases de cooperação sustentável.

Contexto regional. O contexto regional também é prioritário para a diplomacia do Senegal. A chancelaria senegalesa confere grande importância ao relacionamento com os vizinhos Gâmbia, Mauritânia, República da Guiné, Guiné-Bissau e Mali.

O país tem importantes interesses securitários e econômicos na Guiné-Bissau. O Senegal tem apoiado ativamente a atuação da CEDEAO na mediação da crise no país lusófono, tendo enviado tropas para participar da Missão da CEDEAO na Guiné-Bissau (ECOMIB). Os dois países dividem área marítima que foi objeto de disputa ao longo das décadas de 1970 e 1980, em controvérsia solucionada em 1993, quando foi assinado acordo de gestão compartilhada. O acordo garante ao Senegal 85% de toda a produção de hidrocarbonetos que, eventualmente, venha a ocorrer na região.

No que diz respeito ao Mali, preocupa o Senegal a ameaça de propagação de ideias e grupos religiosos radicais oriundos do país vizinho. Nesse contexto, o governo senegalês apoiou a cooperação francesa no Mali e contribui com tropas para as operações de manutenção da paz no país, com participação na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (MINUSMA).

O Senegal foi ator fundamental na transição do governo Yahya Jammeh para o governo Adama Barrow nas eleições presidenciais de 2017 na Gâmbia, quando o primeiro, a princípio, recusou-se a reconhecer a vitória do segundo no pleito. Em janeiro de 2019, cerca de um mês antes das eleições presidenciais em que Macky Sall foi reeleito no Senegal, inaugurou-se a ponte Senegâmbia (construída sobre o ponto mais estreito do rio Gâmbia, entre as localidades de Farafenni e Soma, no território gambiano). Além de facilitar a locomoção e o comércio entre Senegal e Gâmbia, a nova via abreviou em cerca de 4 horas a comunicação entre Dacar e a região de Casamansa (antes, era necessário contornar a Gâmbia, passando pela cidade oriental de Tambacounda, ou fazer a travessia por barcas em estado precário, com espera de dias). A obra contou com financiamento de USD 47 milhões do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD).

Paz e Segurança na África. O Senegal tem envidado esforços para manter posição de liderança nas discussões de temas de paz e segurança na África. Desde 2014, o país organiza, anualmente, com financiamento francês, japonês e da União Europeia, o

prestigiado Fórum Internacional sobre a Paz e a Segurança na África, ou, simplesmente, Fórum de Dacar. Além disso, o Senegal é um tradicional contribuinte de tropas para operações de manutenção da paz e fornece, atualmente, o 12º maior contingente (2279 militares e policiais) à Organização das Nações Unidas. O país concentra a maioria de seus efetivos em missões na África, em particular no Mali (1.401 militares na MINUSMA), em Darfur, no Sudão (951 na UNAMID) e na República Centro-Africana (404 na MINUSCA). O general senegalês Balla Keita é o comandante militar da Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA) desde fevereiro de 2016.

NEPAD. O Senegal tem buscado projetar sua influência no continente africano não apenas em questões de paz e segurança, mas também em temas econômicos. Nesse sentido, vale mencionar que o presidente Macky Sall ocupou o cargo de presidente do Comitê de Orientação de Chefes de Estado e de Governo da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) por três mandatos consecutivos, de 2013 a 2020. O Senegal é país fundador da NEPAD, que funciona como arcabouço estratégico de políticas de desenvolvimento econômico do continente africano.

ECONOMIA

A economia do Senegal caracteriza-se, no contexto regional, por ser relativamente diversificada e dinâmica. Devido à sua localização geográfica, o país constitui um *hub* comercial na África Ocidental. O governo senegalês tem mantido política econômica liberal, que privilegia controle orçamentário e privatizações, bem como um diálogo fluido com instituições como o FMI e o Banco Mundial. Reformas recentes aprimoraram o ambiente de negócios, o que permitiu ao Senegal passar da 146^a posição, em 2015, para a 140^a, em 2017, e para a 123^a, em 2019, no ranking “*Doing Business*” do Banco Mundial.

O desempenho econômico permaneceu forte em 2019, com uma taxa de crescimento do PIB estimada em 6% (em 2018, o crescimento foi de 6,7% e, em 2017, de 7,1%). Em 2020, devido ao impacto da emergência sanitária internacional da COVID-19, estima-se queda do crescimento para cerca de 3%.

Defesa do perdão da dívida no contexto da emergência da COVID-19. No contexto do combate à pandemia do novo coronavírus, o Presidente Macky Sall vem protagonizando a defesa do perdão da dívida externa dos países africanos. Tal agenda foi discutida em videoconferência entre chefes de estado da União Africana, no início de abril de 2020, e vem sendo denominada “L’Appel de Dakar”. As linhas principais da iniciativa estão em manifesto de autoria de Macky Sall, divulgado na página eletrônica do governo senegalês (<http://www.big.gouv.sn/index.php/2020/04/08/lafrigue-et-le-monde-face-au-covid-19-point-de-vue-dun-africain-par-macky-sall-president-de-la-republique-du-senegal/>). No artigo, além de fazer apelo à comunidade internacional em prol do perdão da dívida, o Presidente defende que, nos casos em que o perdão total não for possível, os pagamentos sejam reestruturados, ante as dificuldades impostas às frágeis economias africanas pela crise sanitária global. Nesse sentido, o Presidente senegalês saudou iniciativas e manifestações como o comunicado conjunto do Banco Mundial e do FMI divulgado no fim de março de 2020 (pelo qual as duas instituições propuseram aos credores internacionais suspender o pagamento das dívidas dos países apoiados pela Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), para que estes possam fazer frente aos desafios da pandemia) e o pronunciamento do Presidente da França, Emmanuel Macron, em 13 de abril, urgindo auxiliar os africanos em seus esforços contra a COVID-19 mediante moratória ou perdão de suas dívidas.

Plano Senegal Emergente. A fim de estimular e desenvolver a economia do Senegal, o presidente Macky Sall lançou o “Plano Senegal Emergente”, pelo qual o país se propõe a atingir a condição de “emergente” até 2035. O plano assenta-se em três eixos: transformação estrutural da economia, fortalecimento das capacidades humanas e reforma das práticas de governança. Nesse quadro, modernizar a agricultura, estimular a indústria, investir no setor de transportes e explorar o turismo são prioridades. Antes da crise sanitária da COVID-19, a expectativa era de que a economia crescesse 8% ao ano a partir de 2020.

Como parte da iniciativa, realizaram-se reformas tributárias, que incluíram suspensão ou isenção de alguns impostos para o setor agrícola. No setor de energia, várias reformas e investimentos duplicaram a capacidade instalada entre 2012 e 2018 para 1.250 MW. O plano de energia mista aumentou a produção e reduziu o preço da

eletrocidade em 10%. A operacionalização das zonas econômicas e dos projetos industriais proporcionou às companhias instalações ao nível dos padrões internacionais.

Integração regional. O Senegal foi o primeiro país a adotar e implementar a Tarifa Externa Comum da União Monetária dos Estados da África Ocidental (UEMOA) e um dos primeiros a assinar o acordo de criação da Zona de Livre Comércio Continental Africano (ZLCCA). O país implementou reformas de incentivo portuário para tornar o porto de Dacar mais atrativo e seguro e está implementando regulamentação regional relevante com essa finalidade. Na mesma linha, construiu estradas e pontes de ligação com Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Mali e Mauritânia, de modo a incrementar o comércio com os membros da CEDEAO e da UEMOA.

Como membro da UEMOA, o Senegal tem política monetária administrada pelo Banco Central dos Estados da África do Oeste (BCEAO), cujos principais objetivos são controle da inflação e manutenção da paridade entre o franco CFA e o euro.

Setores da economia. O setor primário, que tem como principais atividades o cultivo de amendoim, algodão e milho, bem como a pesca, responde por cerca de 16% do PIB e constitui fonte de emprego para a maioria da população economicamente ativa (54%). A agricultura do país é altamente vulnerável a variações nos níveis de chuva (apenas 5% das terras cultivadas são irrigadas), bem como a flutuações nos preços das *commodities*. A região de Casamansa, praticamente isolada do restante do território senegalês pela Gâmbia, é importante área de produção agrícola, mas não dispõe de infraestrutura que permita explorar com eficiência seu potencial. O setor pesqueiro é importante fonte de divisas, embora a pesca artesanal predomine. As exportações de produtos do mar, cujo principal mercado é a União Europeia, representam aproximadamente 15% do valor que o país exporta anualmente. A pesca também tem papel importante na geração de empregos formais e informais. Estima-se que o setor empregue mais de 200 mil pessoas. A indústria, responsável por pouco mais de 24% do PIB, compreende o processamento de produtos agrícolas, as refinarias de petróleo e a mineração de fosfato, que constitui importante fonte de divisas para o país. O setor de serviços (cerca de 60% do PIB) engloba as atividades comerciais – bastante desenvolvidas – e a relevante indústria do turismo.

Energia. As fontes renováveis de energia representam pouco mais de 51% da energia primária consumida no Senegal. Contudo, 49% correspondem à biomassa tradicional (lenha e carvão vegetal), cabendo participação de 1,5% à bioenergia moderna e de menos de 1% à hidroeletricidade. A geração elétrica é amplamente dependente de combustíveis fósseis (89%), especialmente de petróleo e carvão importados.

O Senegal não produz petróleo e importa, normalmente, cerca de 40 mil barris diários para seu consumo. Embora o país, atualmente, não seja produtor, diversas empresas vêm manifestando interesse no potencial do Senegal, sobretudo após a descoberta, em 2014, de jazidas de petróleo em águas profundas na região de Rufisque, adjacente a Dacar. A descoberta foi realizada em bloco cuja exploração foi concedida a consórcio do qual fazem parte a escocesa Cairn Energy (40%), a norte-americana ConocoPhilips (35%), a australiana FAR (15%) e a senegalesa Petrosen (10%). O país possui reservas de gás natural, majoritariamente terrestres, de 3 bilhões de m³. A produção gasífera é da ordem de 40 milhões de m³ anuais, consumida internamente em sua totalidade.

Mineração. Segundo o Banco Africano de Desenvolvimento, a indústria da mineração é responsável por cerca de 13% das exportações senegalesas. O setor mineral do país compreende a produção de rocha de fosfato, fosfato de alumínio e a extração aurífera de aluvião. Embora o Governo busque incentivar os investimentos no setor e o país possua jazidas expressivas de minério de ferro, urânio, serpentina e outros minerais, o Senegal ainda não está entre os principais destinos de exploração buscados por empresas internacionais. Em 2014, o Governo senegalês anunciou a intenção de conduzir reformas para atrair maiores investimentos ao setor de mineração nacional.

Em 2018, o Senegal tornou-se o primeiro país africano e o quarto no mundo (após Filipinas, Mongólia e Timor Leste) a atingir “progresso satisfatório” (que corresponde ao mais elevado grau) na implementação da norma ITIE 2016 - Iniciativa para a Transparência das Indústrias Extrativas, que estipula diretrizes para conferir publicidade a contratos e receitas resultantes da exploração de recursos minerais, petrolíferos e de gás natural.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Macky Sall Presidente da República



Nasceu em Fatick, Senegal, em 11/12/1961. Geólogo, estudou no Instituto de Ciências da Terra de Dacar e no Instituto Francês do Petróleo, em Paris. Ocupou diversos cargos no governo de Abdoulaye Wade (2000-2012), inclusive a direção da Petrosen, a estatal do setor de petróleo, e foi presidente da Assembleia Nacional (2007-2008). Desligou-se em 2008 do Partido Democrático Senegalês (PDS), então no poder, para fundar a Aliança pela República (APR). Foi eleito presidente em março de 2012, derrotando por larga margem, no segundo turno, o Presidente Wade, seu ex-aliado, e se reelegeu em fevereiro de 2019, já no primeiro turno (58% dos votos). Muçulmano, casado desde 1992 com Marieme Faye Sall (importante conselheira política), é pai de três filhos.

Amadou Ba Ministro dos Negócios Estrangeiros e dos Senegaleses no Exterior



Nasceu em Dacar, em 17/5/1961. É mestre em Administração de Empresas pela Escola Nacional de Administração do Senegal (1988), com especializações em Paris, Baltimore e Clermont-Ferrand. Começou sua carreira na administração pública tributária em 1989, como fiscal na cidade de Diourbel (um dos centros de produção de amendoim no país, a 150km de Dacar). No mesmo ano, foi lotado na Direção-Geral de Impostos e Patrimônio (DGIP), onde passou a exercer cargos de gerência. Em paralelo, lecionou na ENA e no centro de formação em estudos bancários do Banco Central do Estados da África Ocidental (BCEAO). Em 2002, assumiu a direção da Secretaria de Grandes Empresas e, em 2004, a de Impostos. Em 2006, foi designado diretor-geral do DGIP, sob cuja gestão foi elaborado um novo Código de Impostos, em vigor desde 2013. Nomeado ministro da Economia e Finanças pela então primeira-ministra Aminata Touré, em setembro de 2013, foi mantido no cargo no gabinete formado pelo primeiro-ministro Mahammed Dionne, em julho de 2014, quando a pasta passou a abranger a área de planejamento. Sob sua gestão, o país alcançou forte crescimento econômico. Assumiu a chancelaria senegalesa em abril de 2019. Casado, tem três filhos.

MAPA



DADOS BÁSICOS

Nome oficial	República do Senegal
Gentílico	Senegalês, senegalesa
Capital	Dacar (Dakar)
Área	196.722 km ²
População (FMI, 2019)	16,7 milhões de habitantes
Idioma oficial	Francês (oficial), Wolof, Pular, Jola, Mandinka, Serer, Soninke
Principais religiões	Islamismo (96%); Cristianismo (3%); Outras (1%)
Sistema de governo	República presidencialista (desde maio de 2019)
Poder legislativo	Unicameral: Assembleia Nacional (<i>Assemblée Nationale</i>), com 165 membros
Chefe de Estado	Macky Sall (eleito em 2012, reeleito em 2019)
Chanceler	Amadou Ba (desde abril de 2019)
Produto Interno Bruto (PIB) nominal (FMI, est. 2019)	USD 23,94 bilhões
PIB – Paridade de Poder de Compra (PPP) (FMI, est. 2019)	USD 64,6 bilhões
PIB <i>per capita</i> (FMI, est. 2019)	USD 1,43 mil
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI, est. 2019)	USD 3,85 mil
Variação do PIB (FMI)	3% (est. 2020); 6,0% (est. 2019), 6,7% (2018); 7,1% (2017); 6,4% (2016); 6,4% (2015).
IDH (PNUD, 2019)	0,514 (166º)
IHDI (PNUD, 2019)	0,347
Expectativa de vida (PNUD, 2019)	67,7 anos
Índice de alfabetização (PNUD, 2018)	51,9%
Índice de desemprego (BM, 2019)	6,5%

Unidade monetária:	Franco CFA da África Ocidental (XOF)
Embaixador em Brasília:	Fatoumata Binetou Rassoul Correa
Embaixador em Dacar:	Flávio Lima Rocha
Comunidade brasileira estimada:	210 (est.)

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(USD mil, FOB) – Fonte: ComexStat/MEcon

Brasil – Senegal	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan- abr)
Intercâmbio	133.905	102.106	137.900	90.868	136.567	110.236	140.182	34.187
Exportações	129.171	96.043	131.900	86.361	133.460	105.664	135.419	34.020
Importações	4.734	6.064	6.001	4.507	3.108	4.572	4.763	167
Saldo	124.436	89.980	125.900	81.854	130.352	110.092	130.656	33.853



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de Negociações Bilaterais no Oriente Médio, Europa e África (SOMEA)
Departamento de África (DEAF)
Divisão de África I (DAF I)

GÂMBIA



Maio de 2020

Sumário

Comércio bilateral	3
Promoção comercial e de investimentos	3
Cooperação Técnica	4
Assuntos consulares	4
Intervenção militar da CEDEAO	5
Governo Adama Barrow	6
Instituições políticas	7
Indicadores sociais e demográficos	7
Participações em missões de paz	9
Senegal	9
Comunidade Britânica	10
Reino Unido e outros países europeus	10
Estados Unidos	11
China	11
Índia	11
Situação macroeconômica	12
Apoio internacional	12
Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2021	13
Agricultura	13
Turismo	13
Indústria	13

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas com a Gâmbia foram estabelecidas em 1965, ano da independência daquele país, e vêm sendo acompanhadas pela Embaixada em Dacar, Senegal, uma vez que o Brasil não mantém embaixador residente em Banjul.

A representação da Gâmbia junto ao governo brasileiro foi historicamente cumulativa com a Embaixada gambiana em Washington. Em 2009, o governo da Gâmbia comunicou sua intenção de transferir a jurisdição diplomática sobre o Brasil para sua Embaixada em Caracas, mas não há, atualmente, embaixador gambiano acreditado.

Brasil e Gâmbia mantêm acordos de Cooperação Técnica, de Cooperação Esportiva e sobre Criação de Comissão Mista, assinados em 2005, por ocasião da visita do então Presidente gambiano, Yahya Jammeh, ao Brasil. Em maio de 2010, o Ministro do Planejamento Econômico e Desenvolvimento Industrial da Gâmbia veio ao Brasil para participar do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural.

Comércio bilateral. Em 2011, ano em que o intercâmbio bilateral alcançou valor recorde, as trocas comerciais entre Brasil e Gâmbia alcançaram o total de USD 101 milhões, em crescimento considerável desde o início dos anos 2000, quando a cifra girava em torno de USD 25 milhões. Em 2019, as trocas somaram USD 79 milhões, que corresponderam quase totalmente às exportações brasileiras para o mercado gambiano. Responsável por volume entre 6,15% e 7,8% do total importado pela Gâmbia (número que varia conforme a fonte da estimativa), o Brasil é a terceira ou quarta principal origem das importações gambianas, cujo comércio internacional é fortemente concentrado na China, no Senegal e na Índia. Os exportadores brasileiros vendem para o país africano principalmente açúcar, arroz e carnes.

Promoção comercial e de investimentos. Em novembro passado, a Embaixada do Brasil em Dacar realizou, na capital senegalesa, a segunda edição do evento “Journée Brésilienne de Networking”, iniciativa que visa a estabelecer plataforma regular de contatos entre empresas brasileiras e de vários países da África Ocidental.

O Brasil esteve representado por empresas dos setores de energia, aeronáutica (Embraer), caminhões e equipamentos agrícolas, finanças, agropecuária, engenharia, avicultura, equipamentos médico-hospitalares e gêneros alimentícios em geral. Empresas da Gâmbia enviaram representantes ao evento.

Cooperação Técnica. Brasil e Gâmbia estão em contato para examinar as possibilidades de cooperação que atendam aos interesses gambianos, de modo a dar início a programa de cooperação técnica bilateral. Pelo lado do Brasil, o programa ficará a cargo da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

No momento, aguarda-se resposta da chancelaria gambiana a consulta brasileira sobre os interesses daquele país. Pelos contatos já realizados, avalia-se que os eventuais projetos de cooperação devam concentrar-se na área de agricultura.

Assuntos consulares. Não há estimativas precisas de brasileiros residindo na Gâmbia. Não há acordos entre Brasil e Gâmbia sobre isenção de vistos, nem acordos bilaterais de cooperação jurídica, o que não impede a tramitação de cartas rogatórias e pedidos de cooperação jurídica em geral, com base em compromisso de reciprocidade.

POLÍTICA INTERNA

A Gâmbia tornou-se parte do Império Britânico no século XIX. O país conquistou autonomia total em 1962 e chegou à independência em 1965, mantendo a rainha Elizabeth II como chefe de estado. Após a emancipação formal, Dawda Jawara, fundador do Partido Progressista Popular (PPP), manteve-se no cargo de Primeiro-Ministro, que ocupava desde 1962. Em 1970, chegaria à Presidência, depois de declarada a república como consequência de referendo popular realizado naquele ano.

Depois da tentativa de golpe de 1981 e em resposta aos crescentes desafios enfrentados pelo país no início dos anos 1980, o governo Jawara iniciou, em 1985, ambicioso programa de reformas voltado a dinamizar a economia gambiana. Apesar dos resultados positivos colhidos inicialmente, as expectativas acabariam frustradas e, em 1992, a Gâmbia continuaria sendo um dos países mais pobres da África. Frente à persistência da crise, o governo recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) naquele mesmo ano. Em 1994, o presidente Jawara acabou deposto pelo tenente Yahya Jammeh.

Yahya Jammeh foi chefe do conselho de governo provisório entre 1994 e 1996, quando foi declarado vencedor das eleições realizadas naquele ano e assumiu formalmente a Presidência do país. Seu partido, a APRC, tornou-se a força majoritária na Assembleia Nacional a partir de 1997. Jammeh seria reeleito em 2001, 2006 e 2011. Em 2013, retirou o país da Comunidade (*Commonwealth*) britânica. Em 2015, transformou a Gâmbia, oficialmente, em uma república islâmica.

Em dezembro de 2016, Jammeh foi derrotado nas eleições presidenciais por Adama Barrow, que se candidatou por uma coalizão de sete partidos de oposição. Inicialmente, o Presidente Jammeh reconheceu a derrota, mas, pouco depois, denunciou irregularidades na votação e anunciou que não deixaria o poder.

Intervenção militar da CEDEAO. Ainda em dezembro de 2016, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) enviou representantes a Banjul para tentar solucionar a crise. Com o fracasso da missão, a organização anunciou que enviaria tropas à Gâmbia caso o Presidente Jammeh não deixasse o poder até 19 de janeiro de 2017. Em 17 de janeiro, Jammeh declarou estado de emergência no país. Dois dias depois, as tropas da CEDEAO foram posicionadas nas fronteiras da Gâmbia.

Em 19 de janeiro de 2017, realizou-se uma cerimônia de posse de Adama Barrow no exílio, em Dacar. As forças da CEDEAO ingressaram no território gambiano e submeteram o país a um bloqueio naval. Em 20 de janeiro, Jammeh concordou em deixar o governo. Partiu para o exílio em 21 de janeiro, inicialmente para a Guiné e, depois, para a Guiné Equatorial. Adama Barrow regressou à Gâmbia em 26 de janeiro de 2017. As forças da Missão da CEDEAO na Gâmbia (ECOMIG, na sigla em inglês) permaneceram no território gambiano para garantir a estabilidade do país.

Governo Adama Barrow. Ao retornar a Banjul, o Presidente Adama Barrow iniciou processo de reinserção internacional da Gâmbia e de restabelecimento da normalidade institucional, política e econômica do país.

Nas eleições legislativas de abril de 2017, o United Democratic Party (UDP), partido do presidente Adama Barrow, obteve 31 dos 53 assentos em disputa, o que deu ao mandatário boa margem de manobra para levar adiante as reformas que prometera. A APRC, do ex-presidente Jammeh, conquistou somente cinco assentos.

Apesar do fortalecimento político do presidente Adama Barrow nas eleições de 2017, persiste, entre atores locais e regionais, temor de uma possível desestabilização da Gâmbia. Com efeito, em 26 de janeiro de 2020, a capital gambiana foi cenário de protesto contra o governo Barrow, organizado pelo movimento “Three Years Jotna” (3YJ). O movimento conta com partidários do ex-presidente Jammeh e exige que Adama Barrow cumpra promessa de campanha, encerrando seu governo ao cumprir três anos de mandato.

De fato, enquanto ainda concorria à Presidência, Barrow assumira compromisso de exercer um governo de transição, retirando-se após cumprir três dos cinco anos do mandato para o qual seria eleito e convocando novas eleições, às quais não concorreria. Mais recentemente, com o apoio de algumas das correntes da coalizão pela qual se elegeu, propôs-se a cumprir a integralidade de seu mandato, declarando que só deixaria a presidência em 2021.

Entre as medidas implementadas por Barrow estão a reversão da decisão do Presidente Jammeh de transformar a Gâmbia em república islâmica; o retorno do país à Comunidade britânica (concluído em fevereiro de 2018); e a adoção de uma série de compromissos na área de direitos humanos, entre outros.

Instituições políticas. A atual Constituição da Gâmbia foi adotada em 1996. Embora o documento estabeleça uma separação clara entre os Poderes e haja uma série de instituições independentes, como a Comissão Eleitoral e o Conselho Nacional de Educação Cívica, o Executivo tem perfil preponderante.

O Presidente da República é eleito por sufrágio universal (a idade mínima dos eleitores é 18 anos) para um mandato de 5 anos. O Legislativo (Assembleia Nacional) é unicameral, com 53 membros, sendo 48 eleitos e 5 nomeados pelo Executivo. Elege-se apenas um parlamentar por circunscrição eleitoral, em sistema de maioria simples.

O sistema legal baseia-se na “Common Law” britânica. Alguns aspectos da sharia (lei islâmica) foram incorporados ao ordenamento jurídico local, ainda que não possam ser aplicados aos cidadãos não-muçulmanos sem seu consentimento.

Indicadores sociais e demográficos. O maior grupo étnico da Gâmbia são os mandingas (que correspondem a 44% da população), seguidos dos uólofes, fulas, sererês e diolas, entre outros. A religião predominante é o islamismo (adotado por 90% da população), seguida do Cristianismo (9%). Em 2019, a Gâmbia ocupava a 174^a posição (entre 187) na lista de países ordenados conforme o índice de desenvolvimento humano adotado pelo PNUD. Ainda de acordo com o PNUD, a expectativa de vida é de 61,7 anos. Conforme números do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), o índice de alfabetização da população gambiana é de 42%.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa gambiana tradicionalmente voltou-se à obtenção de assistência econômica internacional. Laços históricos com a Europa e religiosos com o Oriente Médio (religião islâmica) contribuíram para que o país buscassem no exterior recursos para o desenvolvimento interno. A Gâmbia também procurou, desde a independência (1965) integrar organizações internacionais e regionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a União Africana (UA), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

Ao longo do governo de Dawda Jawara (1965-1994), o país adotou postura de não-alinhamento no contexto da Guerra Fria, mas manteve boas relações com os principais parceiros ocidentais, como o Reino Unido. Contudo, houve retraimento do perfil internacional da Gâmbia após a derrubada de Jawara por Yahya Jammeh, em 1994. Para compensar o relativo isolamento, a Gâmbia buscou reforçar suas relações com países africanos como Egito, Nigéria, Serra Leoa e Libéria e, fora do continente, com parceiros como Cuba.

Com a Constituição de 1996, o Presidente Jammeh logrou superar em boa medida o isolamento inicial, para o que contribuiu também o protagonismo que procurou exercer no plano regional. No governo Jammeh, a Gâmbia assumiu papel ativo na promoção da paz na África Ocidental e chegou a ser membro não-permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no biênio de 1998-1999 (coincidindo com a participação do Brasil no mesmo órgão).

Em 2013, Jammeh determinou a saída da Gâmbia da Comunidade britânica, bloco a que o país pertencia desde 1965. O mandatário gambiano justificou o ato afirmando que a Comunidade tinha caráter neocolonial.

A retirada da Gâmbia da *Commonwealth* britânica foi revertida no governo Adama Barrow. Anunciado em fevereiro de 2017, durante visita a Banjul do então Secretário de Estado do Reino Unido para os Assuntos Externos e a Comunidade britânica, Boris Johnson, o processo de reincorporação à *Commonwealth* foi concluído em fevereiro de 2018. A visita de Boris Johnson em 2017 foi a primeira de um Secretário de Estado para Assuntos Externos do Reino Unido à Gâmbia.

Participações em missões de paz. Membros das forças armadas gambianas participaram da força enviada por países da África Ocidental à Libéria, durante a primeira guerra civil liberiana, na década de 1990. Forças gambianas participaram, posteriormente, em diversas outras operações de paz, como, por exemplo, na Bósnia, no Kosovo, na República Democrática do Congo (RDC), em Serra Leoa, na Eritréia e no Timor Leste.

Já no século XXI, a Gâmbia contribuiu com 150 soldados para a força da África Ocidental que atuou no contexto da segunda guerra civil liberiana. Em 2004, enviou um contingente de 196 homens à Força de Paz das Nações Unidas em Darfur, Sudão. Atualmente, o país contribui com pessoal militar e civil para a UNAMID (Darfur), a UNAMISS (Sudão do Sul), MINUSCA (República Centro-Africana), a MINUSMA (Mali), a MONUSCO (RDC), a UNTSO (Oriente Médio) e a UNMHA (Iêmen).

Senegal. As relações com o Senegal constituem o principal eixo da política externa gambiana. À exceção de sua parte litorânea, a Gâmbia é totalmente cercada pelo território senegalês. Mais de 350 mil senegaleses vivem em território gambiano. Entre 1982 e 1989, os dois países formaram a Senegâmbia, confederação estabelecida com o intuito de criar instituições comuns e de promover a integração das Forças Armadas dos dois países.

Gâmbia e Senegal mantêm acordos de cooperação em diferentes áreas, como cultura, economia e comércio, segurança e mobilidade humana, entre outras. Em 21 de janeiro de 2019, foi aberta ao tráfego a Ponte Senegâmbia ou Ponte Trans-Gâmbia, ligando as localidades de Banba Tenda e Yelitenda, ambas em território gambiano, às margens do Rio Gâmbia. Inaugurada conjuntamente pelo Presidentes Adama Barrow e seu homólogo senegalês, Macky Sall, a ponte é considerada estratégica também para o governo do Senegal, uma vez que facilita a conexão entre Dacar e a região de Casamansa, no sul daquele país. Anteriormente, a viagem entre Dacar e Casamansa requeria que se contornasse o território gambiano ou que se atravessasse o Rio Gâmbia em balsas. No contexto da construção da ponte, Gâmbia e Senegal estabeleceram acordos tanto sobre a obra e seu financiamento quanto para regular o tráfego entre os dois países naquela área.

Comunidade Britânica. Em cumprimento a promessa feita pelo Presidente Adama Barrow quando de sua eleição, em dezembro de 2016, a Gâmbia voltou a fazer parte da Comunidade britânica em fevereiro de 2018. O Embaixador da Gâmbia no Reino Unido, Francis Blain, participou, ao lado da Secretária-Geral da *Commonwealth*, Patricia Scotland, da cerimônia de retorno, na qual a bandeira gambiana foi novamente içada da sede da organização.

Com o retorno à Comunidade, da qual havia participado desde sua independência (1965) até 2013, a Gâmbia pôde voltar a contar com a participação em programas de cooperação educacional e técnica mantidos no âmbito da *Commonwealth*. Ademais, pode beneficiar-se de maior inserção internacional e contato com doadores de cooperação e, eventualmente, de ajuda econômica. Também voltou a desfrutar de regras mais favoráveis de imigração para o Reino Unido.

Reino Unido e outros países europeus. Em fevereiro de 2017, Boris Johnson tornou-se o primeiro Secretário para Assuntos Externos do **Reino Unido** a visitar a Gâmbia. A viagem a Banjul ocorreu menos de um mês depois da volta de Adama Barrow ao país, que se seguiu à partida de Yahya Jammeh para o exílio.

A visita de Johnson não apenas marcou o início do processo de retorno gambiano à *Commonwealth*, mas também foi ocasião para que se anunciasse a intenção de reaproximar a Gâmbia e o Reino Unido. Desde então, a diplomacia britânica mostrou-se disposta a promover a cooperação visando às reformas político-institucionais na Gâmbia.

As relações com a **França** também têm se intensificado no governo Barrow. Em março de 2017, o Presidente gambiano fez visita oficial à França, quando se reuniu com o então Presidente francês, François Hollande. Na ocasião, tratou-se de cooperação nas áreas de segurança e justiça. Por sua vez, em novembro de 2018, o Ministro da Europa e dos Negócios Estrangeiros da França, Jean-Yves Le Drian, visitou Banjul em novembro de 2018, quando anunciou uma ajuda de 50 milhões de euros de seu país à Gâmbia, em desembolsos sucessivos ao longo de quatro anos, além de firmar acordos com as autoridades gambianas nas áreas de agricultura e acesso à água potável.

O governo Barrow também negocou uma série de desembolsos por parte da **União Europeia** para a Gâmbia a título de ajuda ao desenvolvimento, para financiar

projetos em diversas áreas, como agricultura, mudança do clima, fornecimento de energia e apoio aos jovens, entre outras.

Estados Unidos. A relação com os Estados Unidos tem-se concentrado sobretudo na obtenção de cooperação norte-americana em diversas áreas, incluindo agricultura e desenvolvimento rural, saúde pública, educação, combate ao tráfico de pessoas, transparência fiscal, formação profissional, treinamento de pessoal, reforma eleitoral e segurança, entre outras. Em 2018, a Gâmbia passou a ter acesso aos benefícios da Lei de Oportunidade e Crescimento Africano (AGOA), que prevê a isenção de taxas aduaneiras para produtos de uma série de países africanos no mercado norte-americano.

China. A Gâmbia estabeleceu relações diplomáticas com a República Popular da China em 17 de março de 2016. O estabelecimento dos laços bilaterais foi acompanhado do anúncio chinês de que Pequim se dispunha a apoiar o governo gambiano em áreas como infraestrutura, turismo e agricultura. A China é, atualmente, o maior parceiro comercial da Gâmbia, sendo o destino de mais de 50% das exportações gâmbianas e origem de cerca de 35% das importações.

Índia. As relações entre a Gâmbia e a Índia têm se intensificado notavelmente nos anos 2000. Em especial, a Índia tem sido fonte de crédito para projetos diversos do governo gambiano, incluindo iniciativas nas áreas de construção civil, eletrificação rural e expansão do porto de Banjul. Também tem havido cooperação indiana nas áreas de saúde, educação e formação profissional.

A Índia é o terceiro maior parceiro comercial da Gâmbia (atrás de China e Senegal), sendo o segundo principal destino das exportações gâmbianas (pouco mais de 30% dos produtos vendidos pela Gâmbia no mercado internacional vão para o mercado indiano) e a quarta principal origem das importações (correspondente a cerca de 9% do total importado pela Gâmbia).

ECONOMIA

A Gâmbia é país pobre em recursos naturais, e seus principais setores econômicos são a agricultura, o turismo e o comércio, principalmente o de reexportação.

De 2017 a 2019, o país registrou aumento no índice de crescimento, que chegou a 6,5% no ano passado. Contudo, para 2020, espera-se um crescimento notavelmente menor do PIB, de 2,5%, devido, sobretudo, à emergência sanitária internacional da COVID-19.

O essencial das divisas provém da exportação de amendoim, da pesca, do turismo e da remessa de recursos para o país por expatriados. O país importa boa parte de suas necessidades alimentares, a totalidade do combustível e dos bens de equipamento e quase todos os manufaturados que consome. A balança comercial gambiana apresenta déficit estrutural. A renda per capita é de USD 775, e o produto interno bruto somou USD 1,77 bilhão em 2019. A inflação passou de 6,5% em 2018 para 7% em 2019, de acordo com o Banco Mundial.

Situação macroeconômica. O Governo tem mantido compromisso com a estabilidade macroeconômica. Em 2019, reduziu o déficit fiscal em quase 3,5 pontos percentuais, para 2,6% do PIB, sobretudo por melhor desempenho na arrecadação. Igualmente, reduziu o percentual do endividamento público, de 86,7% do PIB em 2018 para 82,5% em 2019, de acordo com dados do Banco Mundial.

O desempenho gambiano tem garantido ao país a manutenção do auxílio do FMI, por meio da Linha de Crédito Ampliado (ECF) do Fundo, que visa ao apoio de médio prazo a países de baixa renda com problemas prolongados do balanço de pagamentos. Em 2019, o FMI aprovou empréstimo de cerca de USD 48 milhões para a Gâmbia, sob as condições da ECF.

Apoio internacional. A economia da Gâmbia é altamente dependente da ajuda financeira externa. Além dos empréstimos do FMI, o país recebeu, ao longo dos anos, sólida ajuda de outros organismos internacionais – em especial da União Europeia, que apoia setores como os de agricultura, educação e construção de estradas.

Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2021. Introduzido pelo governo em 2018, o Plano Nacional de Desenvolvimento engloba 41 projetos em cinco áreas consideradas estratégicas: (i) governança, respeito pelos direitos humanos, segurança jurídica e valorização dos cidadãos por meio da descentralização e da governança local, (ii) estabilização econômica, estímulo ao crescimento e transformação econômica, (iii) modernização da agricultura e da pesca visando ao crescimento sustentável, à segurança alimentar e nutricional e à redução da pobreza, (iv) investimento nos cidadãos, por meio da educação e da melhora dos serviços de saúde e (v) construção da infraestrutura e estabelecimento dos serviços de energia necessários para desenvolver a economia.

O programa baseia-se fortemente na atração de investimentos e ajuda internacional.

Agricultura. A agricultura contribui com mais de 20% do PIB e emprega mais de 75% da força de trabalho. Os solos do país, porém, são pobres (apenas 1/6 da terra é arável). Ademais, a produção agrícola permanece muito vulnerável a variações climáticas. Em 2019, por exemplo, a escassez de chuvas fez com que a produção no campo sofresse contração de cerca de 10%. De toda forma, há potencial no setor, dado que menos da metade da terra arável é cultivada e que os produtores carecem de maquinário moderno.

Turismo. As atrações naturais do país e sua proximidade com a Europa impulsionaram o turismo, que chegou a representar 60% do PIB, em 1994, mas sofreu queda devido à situação política no país e apenas recentemente voltou a se recuperar. Melhorias nas infraestruturas do país (hotéis, estradas etc.) poderiam estimular ainda mais a ida de turistas para a Gâmbia.

Indústria. A atividade industrial é limitada, centrada no processamento do amendoim e dos produtos da pesca. Em menor escala, inclui também atividades como processamento de plásticos, produção de bebidas e processamento de alimentos em geral. Responde por cerca de 12% do PIB.

MAPA



DADOS BÁSICOS

Nome oficial:	República da Gâmbia
Gentílico:	Gambiano
Capital:	Banjul
Área:	11.295 km ²
População (FMI, 2019):	2,349 milhões de habitantes
Língua oficial:	Inglês
Principais religiões:	Islamismo (90%); Cristianismo (9%); crenças tradicionais (1%)
Sistema de Governo:	República presidencialista
Poder Legislativo:	Assembleia Nacional (<i>National Assembly</i>); Parlamento unicameral composto por 53 membros (48 eleitos por sufrágio universal e 5 indicados pelo Presidente); mandatos de 5 anos
Chefe de Estado e de Governo:	Presidente Adama Barrow
Chanceler:	Mamadou Tangara
PIB (FMI, est. 2019):	USD 1,77 bilhão
PIB PPC (FMI, est. 2019):	USD 6,45 bilhões
PIB <i>per capita</i> (FMI, est. 2019):	USD 755,05
PIB PPC <i>per capita</i> (FMI, est. 2019):	USD 2,75 mil
Variação do PIB (FMI):	2,5% (est. 2020); 6,5% (est. 2019); 5,4% (est. 2018); 3,5% (2017); 2,2% (2016); 4,3% (2015); 0,9% (2014)
IDH (PNUD, 2019):	0,466 (174º)
IHDI (PNUD, 2019):	0,293
Expectativa de vida (PNUD, 2019):	61,7 anos
Índice de Alfabetização (BAD, 2018):	42%
Índice de desemprego (BM, 2019):	8,9%

Unidade Monetária:	Dalasi
Embaixador da Gâmbia (residente em Washington)	Dawda D. Fadera (<i>agrément</i> concedido, mas ainda não apresentou cartas credenciais)
Embaixador em Dacar (cumulativo com Banjul):	Flávio Hugo Lima Rocha Junior
Comunidade brasileira estimada:	1

INTERCÂMBIO COMERCIAL
(USD mil, FOB) – Fonte: MDIC/SECEX

Brasil – Gâmbia	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020 (jan – abr)
Intercâmbio	84.805	96.315	78.897	82.134	90.637	89.164	79.127	22.728
Exportações	83.756	96.281	78.890	82.098	90.635	89.160	79.006	22.723
Importações	1.049	34	7	36	2	3	122	5
Saldo	82.707	96.247	78.883	82.062	90.633	89.157	78.884	22.718